



Extensão Universitária com Práticas Pedagógicas no Atendimento Socioeducativo em Ananindeua-PA

University Extension with Pedagogical Practices in Socioeducational Assistance in Ananindeua-PA

Extensión Universitaria con Prácticas Pedagógicas en la Atención Socioeducativa en Ananindeua-PA

Érika Pimentel da Silva¹
Manuelle Inez de Sousa Borges²
Willian Lazaretti da Conceição³

Citação: SILVA, Érika Pimentel; BORGES, Manuelle Inez de Sousa; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da; Extensão Universitária com Práticas Pedagógicas no Atendimento Socioeducativo em Ananindeua-PA. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 19, e97115. Fevereiro de 2025.



<https://doi.org/10.5380/jpe.v19i1.97115>

Resumo: O presente artigo situa-se no campo das políticas educacionais voltadas ao atendimento socioeducativo de adolescentes em cumprimento de medida de internação no Centro Juvenil Masculino de Ananindeua, no estado do Pará. O objetivo foi analisar como um projeto de extensão universitária pode contribuir para o processo educacional desenvolvido no Centro de Internação, destacando os impactos dessas intervenções no desenvolvimento integral dos adolescentes. Por meio de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na pesquisa-ação, foram realizados oito encontros semanais como parte do projeto,

¹ Especialista em Língua Portuguesa. Professora na Secretaria Estadual de Educação do Pará e Mestranda em Educação. Belém, PA. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0459-0349>. E-mail: pimentel.e.c@gmail.com

² Especialista em Educação de Jovens e Adultos. Técnica na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária- SEAP. Belém, PA. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1460-6070>. E-mail: manuelle.borges@neb.ufpa.br

³ Doutor em Educação. Professor na Universidade Federal do Pará. Belém, PA. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8143-6524>. E-mail: willianlazaretti@gmail.com

abordando temáticas como identidade, pertencimento, cidadania e educação em direitos humanos. A técnica do "Livro da Vida", inspirada por Célestin Freinet, foi utilizada como ferramenta pedagógica, permitindo aos adolescentes ressignificar suas experiências educacionais, favorecendo a reintegração social e o planejamento de seus projetos de vida. O estudo conclui que, por meio de políticas educacionais que garantem o direito à educação em ambientes socioeducativos, é possível criar espaços pedagógicos que promovam a emancipação, a redução da distorção idade-série, o combate ao abandono escolar e o enfrentamento de adversidades socioeconômicas. Tais práticas destacam a educação como ferramenta de ressocialização e transformação social, além de reforçar a importância do vínculo entre Universidade e comunidade.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Extensão universitária; Socioeducação.

Abstract: This article is situated in the field of educational policies focused on the socioeducational support of adolescents serving detention measures at the Male Juvenile Center of Ananindeua, in the state of Pará, Brazil. The objective was to analyze how a university extension project can contribute to the educational process developed at the Detention Center, highlighting the impact of these interventions on the holistic development of adolescents. Through qualitative research based on action research, eight weekly sessions were conducted as part of the project, addressing themes such as identity, belonging, citizenship, and human rights education. The "Life Book" technique, inspired by Célestin Freinet, was used as a pedagogical tool, enabling adolescents to reframe their educational experiences, facilitating social reintegration and the planning of their life projects. The study concludes that educational policies ensuring the right to education in socioeducational environments can create pedagogical spaces that promote emancipation, reduce age-grade distortion, combat school dropout, and address socioeconomic challenges. These practices highlight education as a tool for resocialization and social transformation, while emphasizing the importance of strengthening the bond between universities and the community.

Keywords: Educational policies; University extension; Socio-education.

Resumen: Este artículo se sitúa en el campo de las políticas educativas enfocadas en el apoyo socioeducativo de adolescentes en cumplimiento de medidas de internación en el Centro Juvenil Masculino de Ananindeua, en el estado de Pará, Brasil. El objetivo fue analizar cómo un proyecto de extensión universitaria puede contribuir al proceso educativo desarrollado en el Centro de Internación, destacando el impacto de estas intervenciones en el desarrollo integral de los adolescentes. A través de una investigación cualitativa basada en la investigación-acción, se llevaron a cabo ocho sesiones semanales como parte del proyecto, abordando temas como identidad, pertenencia, ciudadanía y educación en derechos humanos. La técnica del "Libro de la Vida", inspirada en Célestin Freinet, se utilizó como herramienta pedagógica, permitiendo a los adolescentes resignificar sus experiencias educativas, facilitando la reintegración social y la planificación de sus proyectos de vida. El estudio concluye que las políticas educativas que garantizan el derecho a la educación en entornos socioeducativos pueden crear espacios pedagógicos que promuevan la emancipación, reduzcan la distorsión edad-grado, combatan la deserción escolar y enfrenten los desafíos socioeconómicos. Estas prácticas destacan la educación como herramienta de resocialización y transformación social, subrayando la importancia de fortalecer el vínculo entre las universidades y la comunidad.

Palabras clave: Políticas educativas; Extensión universitaria; Socioeducación.

Introdução

Este artigo reflete a experiência do projeto 'Acompanhamento pedagógico de pessoas em conflito com a lei', vinculado à Proex/UFPA pelo Edital 04/2023 do Programa Navega Saberes, envolvendo bolsistas e voluntários de graduação e mestrado.

Cumprir informar que o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Justiça Social-Edujus, tem desenvolvido, além desse projeto de extensão, diversas ações em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do estado do Pará -Seduc/PA e com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará- Fasepa que contemplam a Iniciação

Científica Júnior, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid e ações de formação continuada a professores que lecionam nas classes escolares para adolescentes internados, pois é necessário que a universidade tencione essa parceria com esse contexto situado a fim de melhorar as políticas educacionais direcionadas aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Considerando as pesquisas de Conceição (2017), Fernandes, Cossetin e Costa (2021), e Quinelatto (2022) foi possível identificar as lacunas na política educacional direcionada aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, sobretudo em decorrência do distanciamento precoce destes, com a prática social da educação escolar (Pinheiro, 2013) o que nos mobilizou a direcionar as lentes para o desenvolvimento de um projeto ao apoio pedagógico personalizado, visando a construção de novos caminhos que promovam a justiça social e o respeito aos direitos humanos, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase (Brasil, 2012).

No Brasil, a relação do Estado com a juventude é pautada na marginalidade de uma infância pobre, geralmente descendente de escravos negros ou indígenas que passaram a ocupar as ruas em busca da sobrevivência em meio ao crescimento desordenado das metrópoles relacionado, fortemente, ao êxodo rural e as condições de abandono e pobreza, como é característico de países subdesenvolvidos (Zanella, 2018). Este movimento pode propiciar a prática de delitos e a mendicância entre a população em geral, mais especificamente entre os jovens que passam a ter sua imagem relacionada a criminalidade e a delinquência, concepção que, culturalmente, é perpetuada até os dias de hoje.

Nesse estudo, fazemos algumas considerações acerca do que são políticas educacionais, como elas vinculam-se ao contexto de adolescentes em atendimento socioeducativo no Pará, para em seguida apresentarmos informações quanto a realização das ações pedagógicas e dados obtidos no tocante as fragilidades da Educação Básica na modalidade socioeducativa e a necessidade de promover ações que possam fomentar o debate sobre esta modalidade de ensino, alinhadas a uma lógica a efetivação de políticas públicas que possam garantir a ressocialização, desses adolescentes que possam ir além das perspectivas de inserção no mercado, que parecem estar se tornando naturalizadas no ambiente escolar.

Este artigo analisa como um projeto de extensão universitária contribuiu para o

processo educacional no Centro de Internação, promovendo o desenvolvimento integral dos adolescentes. A pesquisa, alicerçada em uma abordagem qualitativa e fundamentada na pesquisa-ação (Barbier, 2002; Franco, 2005), buscou compreender de que forma as intervenções realizadas no contexto escolar do Centro de Internação podem apoiar o desenvolvimento educacional e integral dos adolescentes. Ao longo de oito encontros, realizados com dois adolescentes selecionados pela coordenação da unidade, a investigação priorizou a análise contextualizada das vivências e destacou a importância de práticas pedagógicas reflexivas e emancipadoras. Apesar das limitações estruturais, como a precariedade da biblioteca e a rigidez normativa que desafiam o objetivo pedagógico de ressocialização, as ações desenvolvidas evidenciaram o potencial transformador dessas iniciativas.

Políticas educacionais, socioeducação: aproximação com o Livro da Vida

A concepção contemporânea de educação básica no Brasil é indissociável da visão de criança e adolescente estabelecida pelo ECA. Ambas as áreas avançaram consideravelmente com políticas públicas focadas na universalização do acesso e na melhoria da qualidade da educação. O Plano Nacional de Educação (PNE, decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024 e programas como o Bolsa Família⁴ contribuíram para a inclusão e permanência de crianças e adolescentes na escola, refletindo um compromisso contínuo com a construção de uma educação mais equitativa e inclusiva.

Portanto, a evolução do conceito de criança e adolescente e a constituição da Educação Básica no Brasil são processos que se alimentam mutuamente, refletindo avanços legislativos e mudanças sociais⁵ que visam garantir a proteção integral e o desenvolvimento pleno de todos os indivíduos. De acordo com Abramovay e Castro (2015), o conceito de criança deve ser compreendido não apenas como uma etapa biológica do desenvolvimento humano, mas também como uma construção social e

⁴ O Bolsa Família, instituído em 2003 pela Medida Provisória nº 132/2003 e regulamentado pela Lei nº 10.836/2004, configura-se como um programa de transferência de renda destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita mensal de até R\$ 218,00 (valores de 2023). Nesse sentido, o Bolsa Família transcende a mera assistência material, consolidando-se como política pública essencial para a promoção da dignidade humana e a redução das desigualdades no Brasil.

⁵ Os avanços legislativos no Brasil, como a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, garantem a proteção integral e o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes. Esses marcos legais asseguram o reconhecimento dos direitos dessas populações, priorizando aspectos essenciais como educação, saúde e assistência social.

histórica que reflete valores, práticas e discursos de cada época, os quais moldam a percepção sobre a infância e os direitos a ela atribuídos. Porém, a relação paradigmática que se estabelece acerca do conceito de crianças e adolescentes ao longo da história do Brasil é carregada de estereótipos que, geralmente, se relacionam com comportamentos transgressores e marginais (Marino, 2013).

O termo 'menor', historicamente associado a crianças pobres e delinquentes, foi abandonado com a Constituição de 1988, mas persiste em discursos midiáticos relacionados a infrações. A socioeducação, fundamentada nos Direitos Humanos, rompe com paradigmas punitivos, promovendo práticas de escuta e humanização voltadas à justiça social. Nesta perspectiva, é necessário compreender que o “fazer pedagógico” não está concentrado dentro de uma escola ou de um currículo, “pois essa lógica não foi eficaz na redução da criminalidade” (Padilha, 2022, p.117); portanto, a socioeducação tem que exercer um caráter protetivo, composta por uma rede de relações intersetoriais capazes de realizar ações e práticas voltadas para uma educação libertadora (Freire, 2005).

Os compromissos da educação e da pedagogia com a transformação das situações de injustiça e desigualdade visam impedir que tais condições sejam perpetuadas por meio de métodos e práticas educativas. Além disso, destaca-se a necessidade de que a educação atue sobre a sociedade, de modo a não reproduzir essas condições, o que exige uma escolha política, educativa e pedagógica por parte dos atores envolvidos nesse processo social (Mejía, 2018).

A lei 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional Socioeducativo - Sinase e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional estabelece que as Medidas Socioeducativas, além do caráter de responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional e a desaprovação da conduta infracional, têm como objetivo a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, especialmente seu direito à educação (Brasil, 2012).

O ECA e o Sinase asseguram o direito à educação de adolescentes em medidas socioeducativas, visando integração social e autonomia educacional. No art. 53, o estatuto dispõe que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes, entre outros, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da mesma forma, o art. 124 diz que são direitos do adolescente

privado de liberdade receber escolarização (Brasil, 1990).

As políticas de socioeducação, embora busquem equidade, enfrentam contradições que refletem lógicas punitivas e desigualdades estruturais. Por mais que o objetivo seja a reintegração e a reabilitação dos jovens, essas políticas ainda operam dentro de um sistema punitivo, o qual, mesmo sob a ótica da reabilitação, continua a aplicar medidas corretivas que visam a punição. Esse caráter contraditório se intensifica pelo fato de que as práticas socioeducativas, mesmo com a intenção de promover a transformação, acabam por refletir lógicas de controle que são características do próprio sistema judicial e penal (Mejía, 2018).

A educação, enquanto instrumento de inclusão social, enfrenta limites em uma sociedade capitalista, onde o acesso e a permanência no sistema educacional são condicionados por desigualdades estruturais. Apesar de ser um direito, a educação frequentemente reflete a classe social e a condição econômica das famílias, perpetuando desigualdades em vez de superá-las (Freire, 2005). Nesse contexto, as políticas de socioeducação, embora visem à equidade, enfrentam um paradoxo: ao tentar reintegrar jovens infratores, muitas vezes reproduzem exclusões que espelham o contexto social mais amplo. Assim, a promessa de transformação social esbarra nos limites de um sistema que opera sob uma lógica desigual.

No Pará, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fasepa), em conformidade com o Sinase (Lei 12.594/12, Art. 4º), elabora, desde 2013, o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo Decenal, atualmente em sua segunda versão (2023-2032). O plano organiza ações de atendimento humanizado, incluindo apoio pedagógico, cultural, esportivo e de lazer, com foco na valorização regional e na inclusão de jovens e suas famílias (Pará, 2013).

A consolidação do direito à educação está intrinsecamente ligada à modernidade, período em que direitos civis e sociais passaram a ser reconhecidos como essenciais à cidadania plena. Antes restrita a poucos, a educação tornou-se um direito universal, marcando avanços na igualdade e justiça social. Esse progresso reflete-se em políticas educacionais que visam universalizar o acesso à educação, com foco na inclusão de grupos historicamente excluídos, como crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura a educação básica como direito universal, integrando-a à agenda pública. Cury (2008), em “Educação Básica como

Direito”, ressalta a responsabilidade estatal e a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir um sistema educacional justo, acessível e inclusivo, atendendo à diversidade social.

O desenvolvimento pleno e integral requer uma formação educacional que equilibre potencialidades, necessidades e prepare o estudante para a vida em sociedade, com foco em autonomia, cidadania e habilidades socioemocionais. O currículo do Pará, alinhado às normativas federais, busca promover reflexão crítica, competências sociais e a reconstrução de valores, assegurando que o processo educativo em centros socioeducativos contribua para a reintegração dos jovens. Diretrizes nacionais destacam a formação que respeite o contexto social e as especificidades dos adolescentes, focando em capacidades cognitivas, afetivas e sociais (Pará, 2013).

As Orientações Pedagógicas 2024 (Pará, 2023) representam um avanço ao propor a reorganização pedagógica e a inclusão da diversidade, promovendo práticas educacionais que dialoguem com a realidade social e cultural dos educandos. O principal objetivo é reestruturar as práticas de ensino por meio da revisão de currículos e metodologias, buscando uma educação mais eficiente e pertinente. De acordo com as teorias de Paulo Freire (2005), uma educação eficiente e pertinente é aquela que se alinha às necessidades concretas dos sujeitos e contribui para sua emancipação crítica. Assim, a educação se torna eficiente ao alcançar resultados significativos na aprendizagem e pertinente ao responder às demandas sociais, culturais e históricas, contribuindo para a transformação social.

Ao considerarmos o contexto educacional para adolescentes em medidas socioeducativas, é essencial alinhar as propostas pedagógicas às diretrizes mais amplas estabelecidas para o sistema de ensino. Nesse sentido, práticas pedagógicas inovadoras, conforme teorizado por Antônio Nóvoa (2023), representam mudanças estruturais no modo de ensinar, ao promover transformações no currículo, nas metodologias e nos processos avaliativos. Essas práticas conectam o ensino às realidades e necessidades dos educandos, enfatizando uma educação significativa e contextualizada. A incorporação de estratégias como o Livro da Vida demonstra coerência com os objetivos das Orientações Pedagógicas 2024, ao priorizar uma educação inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Assim, essas práticas inovadoras não apenas reforçam a aprendizagem acadêmica, mas também possibilitam o crescimento pessoal e a formação cidadã, contribuindo para a construção de sujeitos críticos e engajados socialmente.

A “técnica do Livro da Vida”, concebida por Célestin Freinet nas décadas de 1920 e 1930, foi originalmente desenvolvida para crianças de áreas rurais e classes populares na França, visando integrar a escola à realidade cotidiana dos estudantes. Essa abordagem pedagógica promove a autonomia e a expressão pessoal como instrumentos de aprendizagem e transformação social.

No contexto socioeducativo, a técnica é ressignificada como uma ferramenta que estimula reflexão, autoconhecimento e reconstrução identitária para adolescentes em privação de liberdade. Ao registrar suas histórias e problematizar suas experiências, os jovens tornam-se protagonistas de suas trajetórias, ampliando sua consciência crítica e fortalecendo perspectivas de reintegração social.

Mais do que um recurso de valorização das subjetividades, o Livro da Vida desempenha papel terapêutico e educativo, auxiliando os adolescentes no enfrentamento de traumas e na elaboração de experiências de vida desafiadoras. Essa prática ainda fomenta o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, fortalecendo a capacidade de expressão de sentimentos e vínculos interpessoais, tornando-se uma estratégia essencial para a educação socioeducativa.

No contexto do Plano Individual de Atendimento (PIA), o “Livro da Vida” pode ser utilizado como um recurso estratégico para orientar adolescentes na definição de metas e objetivos, ao mesmo tempo em que auxilia a equipe multidisciplinar a compreender suas necessidades e aspirações. Essa abordagem contribui para a elaboração de planos personalizados que promovem a reintegração social, a retomada da trajetória escolar e o fortalecimento da cidadania (Oliveira, Quinelatto e Conceição, 2024).

Como ferramenta pedagógica, o “Livro da Vida” se alinha às políticas educacionais voltadas à equidade e à inclusão, atendendo às demandas de adolescentes em medidas socioeducativas. Ao valorizar suas histórias individuais, a técnica personaliza o processo educativo, oferecendo uma abordagem inclusiva e sensível às especificidades desses jovens. Essa personalização é especialmente relevante em contextos de internação, onde barreiras sociais e educacionais frequentemente limitam as oportunidades de desenvolvimento integral.

Caminho metodológico

A presente investigação adotou uma abordagem qualitativa fundamentada na pesquisa-ação, conforme delineada por Barbier (2002) e Franco (2005). Essa escolha

visou compreender as experiências e subjetividades de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e promover intervenções práticas que contribuíssem para seu desenvolvimento educacional e social. A pesquisa foi realizada no Centro Juvenil Masculino (CJM), vinculado à Escola Estadual Antônio Carlos Gomes da Costa, em Ananindeua, Pará, um espaço estratégico para a ressocialização de adolescentes entre 12 e 14 anos.

A abordagem qualitativa permitiu uma análise aprofundada das interações e práticas pedagógicas, valorizando as dimensões subjetivas e sociais presentes na vivência dos adolescentes e dos profissionais. Mais do que coletar dados descritivos, o método possibilitou a construção de significados e interpretações em diálogo com o contexto investigado.

O projeto foi conduzido em oito encontros semanais ao longo de dois meses, envolvendo dois adolescentes selecionados pela coordenação da Unidade com base em dificuldades pedagógicas. Apesar do número reduzido de participantes, o trabalho destacou-se pela profundidade das intervenções, que podem inspirar práticas replicáveis e adaptáveis a outros cenários. A escolha de uma amostra intencional reflete o foco na compreensão detalhada das experiências, característica da metodologia qualitativa.

Os resultados obtidos, ainda que limitados, geraram reflexões críticas e propostas pedagógicas com potencial para influenciar práticas institucionais mais amplas. A seleção criteriosa dos participantes permitiu priorizar adolescentes que enfrentavam maiores desafios pedagógicos, maximizando o impacto das intervenções.

A equipe de pesquisa incluiu professores experientes em educação básica e socioeducação, além de estudantes de graduação e pós-graduação de áreas como Biblioteconomia, Enfermagem, Pedagogia, Psicologia, Direito e Serviço Social, vinculados à Universidade Federal do Pará (UFPA). Essa articulação interdisciplinar enriqueceu o aporte teórico e a condução ética da pesquisa.

Na fase inicial, a coordenadora pedagógica da Unidade apresentou normas e regras, como controle sobre vestimentas e materiais didáticos, evidenciando a tensão entre a lógica disciplinadora e os objetivos pedagógicos de ressocialização. Práticas como essas, somadas à precariedade estrutural, revelaram fragilidades na efetivação do direito à educação em medidas socioeducativas. Essa contradição reflete o distanciamento entre o discurso normativo do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e a realidade das unidades.

O percurso metodológico incluiu visitas de reconhecimento das instalações e observação das dinâmicas institucionais, registradas em diários de campo, conforme a proposta de Bogdan e Biklen (1994). Os dados coletados foram analisados considerando os desafios e potencialidades do contexto, iluminando práticas pedagógicas sob a perspectiva dos adolescentes e da equipe.

Este estudo representa uma experiência significativa tanto para a formação dos adolescentes quanto para reflexões sobre os desafios da educação em contextos socioeducativos. Reafirma-se, assim, o compromisso com a justiça social e a garantia de direitos.

Intervenção e reflexões compartilhadas

Ingressar em espaços de privação de liberdade não é uma experiência habitual para estudantes universitários. A criação de vínculos entre educadores e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é um processo complexo, especialmente porque muitos desses jovens têm experiências negativas com o ambiente escolar. No primeiro contato, observou-se certa desconfiança por parte dos adolescentes, refletindo o ineditismo da proposta também para os educadores. No entanto, essa desconfiança inicial foi superada com o uso da música como estratégia de aproximação, permitindo diálogos leves e espontâneos sobre suas preferências e histórias pessoais. Essas interações facilitaram a compreensão de suas particularidades, orientando os passos metodológicos seguintes.

Após o estabelecimento do vínculo, aplicou-se uma avaliação diagnóstica para verificar o nível de alfabetização e letramento dos alunos, abrangendo leitura, interpretação e produção de textos simples. Os resultados evidenciaram discrepâncias significativas, alinhando-se aos achados de Padovani e Ristum (2013). Enquanto um dos adolescentes demonstrava familiaridade com habilidades básicas, o outro utilizava desenhos e linguagem oral como formas predominantes de expressão, refletindo lacunas em sua formação educacional.

Essa situação expõe não uma limitação intrínseca do adolescente, mas sim a precariedade do sistema educacional em assegurar a apropriação plena da leitura como ferramenta essencial de desenvolvimento. A falta de acesso a uma educação de qualidade, antes da internação, resulta na não consolidação de competências básicas, o que reflete um sistema desigual e excludente que falha em garantir a efetivação do direito à educação.

Essa constatação incita uma reflexão crítica sobre as responsabilidades institucionais e a urgência de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades educacionais, sobretudo para adolescentes em situações de vulnerabilidade, para os quais a leitura deve ser promovida como um instrumento de emancipação e cidadania.

A aplicação da técnica do “Livro da Vida” teve como objetivo conduzir os socioeducandos por etapas práticas e envolventes de criação, reflexão e aprendizado, aproximando de forma metafórica e lúdica a construção de um livro à elaboração de um projeto de vida. Cada etapa do processo representou aprendizagens essenciais: enquanto o livro começa com páginas em branco, o projeto de vida surge como um espaço para escolhas, planejamento e resiliência. A construção inicial simbolizou o reconhecimento de recursos e valores, enquanto a escrita refletiu experiências, erros e acertos que moldaram as trajetórias dos jovens. Ao final, tanto o livro quanto o projeto de vida destacaram a singularidade de cada socioeducando, incentivando-os a planejar novos capítulos após o cumprimento da medida.

No início, os adolescentes participaram da montagem física do livro, utilizando materiais simples, como papel, cola e fitas, aprendendo técnicas de encadernação. Essa etapa despertou senso de realização e valorizou o cuidado necessário para criar algo próprio. Em seguida, os socioeducandos passaram a explorar o livro como espaço de expressão e registro pessoal.

O conteúdo foi desenvolvido por meio de atividades como relatos autobiográficos, desenhos e reflexões sobre suas experiências e perspectivas futuras. Durante o processo, momentos de discussão coletiva e acompanhamento individual permitiram que cada jovem articulasse suas ideias e narrasse suas histórias de maneira autêntica.

O ponto central da técnica foi reconhecer os socioeducandos como autores de suas próprias narrativas, resgatando a autoestima e promovendo a autovalorização. Ao mesmo tempo, o Estado manteve sua responsabilidade em criar condições que assegurem direitos e oportunidades. O “Livro da Vida” também se tornou uma ferramenta de planejamento, ajudando os jovens a refletirem sobre seus projetos de vida após o cumprimento da medida, com foco na reintegração social e na construção de novas trajetórias.

Conforme as atividades avançavam, novas temáticas foram exploradas, em alinhamento com a legislação vigente, abordando respeito aos direitos humanos, responsabilidade compartilhada entre sociedade, família e Estado, prioridade absoluta e

o reconhecimento do adolescente como sujeito de direitos e responsabilidades.

Tais estratégias foram desenvolvidas por meio de oficinas e atividades pedagógicas, configurando-se como um espaço para a construção do conhecimento de forma crítica e criativa, conforme defendido por Freire (2005), que destaca a importância de práticas educativas que promovam a reflexão e a transformação social. Nesse contexto, a participação de graduandos de diferentes áreas de formação foi essencial para a criação de um ambiente interdisciplinar, no qual as metodologias ativas⁶ possibilitaram aprendizagens significativas, estimulando a autonomia e o protagonismo dos alunos atendidos. Essas abordagens incentivaram o diálogo, a problematização e a capacidade dos socioeducandos de se posicionarem como sujeitos conscientes e ativos em sua própria formação.

À medida que as atividades avançavam, tornou-se evidente uma mudança de paradigma entre os alunos no que diz respeito à compreensão do cumprimento da medida socioeducativa. Durante os encontros, foram promovidas reflexões sobre os fatores que levaram à internação, bem como sobre os caminhos que desejavam trilhar após o término da medida. Os socioeducandos manifestaram anseios em relação à continuidade da escolarização, reconhecendo-a como uma ferramenta fundamental para alcançar seus objetivos futuros e para a reelaboração de metas pessoais. Observou-se, ainda, que, durante o rodízio de pesquisadores, os alunos frequentemente indagavam sobre os pesquisadores anteriores. Além disso, a coordenação escolar relatou sinais de ansiedade por parte dos alunos à medida que o dia dos encontros se aproximava. Esses comportamentos foram interpretados como uma resposta positiva ao projeto, indicando o engajamento e o interesse dos participantes nas atividades propostas pela equipe.

É relevante destacar que, além das demandas individuais de cada aluno em relação à escolarização, a organização das atividades da Unidade, em alguns momentos, comprometeu a continuidade semanal do trabalho. Ao retornarem, os alunos frequentemente responsabilizavam os pesquisadores pela interrupção, o que tornava a retomada ainda mais desafiadora, já que a resistência em colaborar era usada como forma

⁶ As metodologias ativas são abordagens pedagógicas que colocam o aluno como protagonista de seu próprio processo de aprendizagem, favorecendo a participação ativa, a colaboração e a aplicação prática do conhecimento. Caracterizam-se pela utilização de estratégias como aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas e atividades interativas, que buscam engajar os estudantes em situações desafiadoras e significativas. Segundo José Morán (2015), as metodologias ativas são essenciais para o desenvolvimento da autonomia dos alunos, especialmente em contextos de educação não convencional, como o de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pois estimulam a reflexão crítica e a construção de habilidades socioemocionais fundamentais para a reintegração social.

de expressar suas insatisfações.

Tal situação é recorrente em instituições totais⁷ (Goffman, 1988) como podemos ver nas pesquisas de Julião (2016) e Conceição (2017), há uma tensão que ocupa esse contexto situado que está imerso numa disputa de força entre os profissionais dos setores que atendem ao adolescente, educação, saúde, segurança como os que mais provocam situações que caminham na contramão da educação.

Em relação a utilização dos materiais aplicados nas atividades, não houve nenhum problema, pois, todo o material utilizado era levado pelos pesquisadores, desde caixa de som, papel A4, cartolina, lápis de cor, tesouras e outros materiais de apoio didáticos.

Faz-se necessário, portanto, compreender que os acordos de cooperação que influenciam a política, o processo de atribuição, as classes e os docentes na Escola Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa incluem convênios firmados entre a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará e a Secretaria de Estado de Educação. Esses acordos têm como objetivo integrar as ações educacionais e socioeducativas; contudo, apresentam uma relação institucional frágil, marcada por disputas de espaço e de visibilidade política (Pereira, 2022).

De acordo com Pereira (2022), essas dinâmicas afetam diretamente a autonomia da escola, que frequentemente se encontra dependente da Fasepa para a realização de suas atividades. O planejamento e as ações educacionais são muitas vezes conduzidos sem a devida consulta entre as partes envolvidas, o que pode comprometer a eficácia das iniciativas e a implementação de um currículo que atenda adequadamente às necessidades dos alunos. Não obstante, a estrutura organizacional e a gestão da escola são diretamente impactadas por esses acordos, influenciando a formação docente, a alocação de turmas e a definição de estratégias pedagógicas, as quais precisam ser adaptadas às particularidades do contexto socioeducativo.

Diante desse cenário, é indispensável compreender a complexidade de conceitos ligados a promoção de inclusão, equidade e desenvolvimento pleno para alunos em cumprimento de medidas socioeducativas. Considerando que esses jovens estão sujeitos a intervenções do sistema de justiça juvenil devido à alegação das práticas de atos

⁷ As “instituições totais”, segundo Erving Goffman (1988), são organizações que controlam completamente a vida de seus membros, isolando-os do mundo exterior e impondo regras rígidas. Exemplos incluem prisões, hospitais psiquiátricos e quartéis. Nessas instituições, a identidade dos indivíduos é frequentemente despersonalizada, e eles passam por processos de controle e conformidade, o que pode resultar na perda de sua autonomia e na internalização das normas da instituição. Goffman analisa os efeitos psicológicos desse controle total sobre os indivíduos, como a mortificação da identidade.

infracionais e enfrentam desafios expressivos tanto no contexto educacional quanto no social e, desta forma, tentar identificar práticas pedagógicas eficazes e estratégias de apoio que facilitem sua reintegração social e educacional, buscando contribuir para a formação integral desses adolescentes como sujeitos de direitos, com o objetivo de reduzir a reincidência de comportamentos transgressores.

Considerações finais

O desenvolvimento do projeto de extensão universitária “Acompanhamento Pedagógico de Pessoas em Conflito com a Lei” com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na Escola Estadual Antônio Carlos Gomes da Costa, evidencia a relevância dessas iniciativas no fortalecimento do processo educacional escolar em contextos de privação de liberdade, particularmente no Centro de Internação. Fundamentado na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o projeto buscou promover a reintegração social dos socioeducandos, a redução da evasão escolar e a identificação de dificuldades educacionais, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A metodologia interdisciplinar aplicada possibilitou não apenas o aprendizado técnico, como a construção física de um livro, mas também a elaboração de conteúdos que incentivaram os adolescentes a se perceberem como autores de suas próprias histórias, ressignificando experiências e projetando futuros possíveis.

Entretanto, os resultados obtidos não podem ser analisados isoladamente, pois estão inseridos em um contexto social amplo, marcado por desigualdades estruturais que influenciam diretamente o direito à educação. A sociedade, ao mesmo tempo que reproduz desigualdades, também pune aqueles que não se adequam aos seus padrões hegemônicos, consolidando um sistema excludente. Nesse sentido, a análise de Apple (2006) sobre a relação entre educação e poder é pertinente para compreender como o currículo em ambientes socioeducativos pode ser transformado para atender às necessidades dos adolescentes enquanto sujeitos de direitos, rompendo com políticas educacionais que frequentemente reforçam exclusão e desigualdade social.

O trabalho possibilitou a criação de um ambiente educacional inclusivo, promovendo reflexões críticas sobre o papel da educação em contextos socioeducativos. A realização de avaliações diagnósticas, enquanto ferramenta para fomentar o autorreconhecimento e a emancipação dos socioeducandos, foi crucial para que eles se

compreendessem como sujeitos críticos, cientes de seus direitos e deveres. Esse avanço foi corroborado pelo progresso nas reflexões dos adolescentes acerca de metas e objetivos pessoais e profissionais, o que reflete o impacto positivo das práticas pedagógicas implementadas.

Embora o projeto tenha alcançado resultados expressivos, ele também revelou os desafios de atuar em um contexto socioeducativo, onde políticas públicas muitas vezes carecem de uma abordagem equitativa e transformadora. Assim, reforça-se a necessidade de iniciativas como esta, que não apenas contribuem para o avanço educacional e social dos adolescentes, mas também oferecem aos futuros professores experiências significativas de formação, ampliando sua compreensão sobre os papéis sociais e transformadores da educação. Como Freire (2005) defende, a educação deve ser um instrumento de libertação e transformação, capaz de desvelar e superar as estruturas opressivas que permeiam a sociedade.

Nesse sentido, consideramos que projetos de extensão universitária se consolidam como práticas essenciais para a promoção de uma educação inclusiva e emancipatória, alinhada ao objetivo maior de construir uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, em que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas tenham oportunidades reais de reintegração e desenvolvimento integral.

Referências

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira**. 2015.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Decreto nº 17.943-a, de 12 de outubro de 1927. Código de Menores (1927);

Código Mello Mattos – Publicação original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília: Casa Civil, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 8/2015. **Diretrizes Nacionais para o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas**. Brasília: Ministério da Educação, 2015.

BRASIL. Portaria Conjunta MMFDH/MC nº01/2022 de 22 de novembro de 2022. **Estabelece normas gerais para a integração entre os programas de atendimento socioeducativo em meio aberto e fechado**.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 3/2016 de 18 de maio de 2016. **Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

CONCEIÇÃO, Willian L. da. **Histórias de vidas que se unem**: a professora, o professor e os [elos com os] jovens infratores. 2017. 136f. Tese (Doutorado em Educação). Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/982810> Acesso em: 01 set. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de pesquisa**, v. 38, p. 293-303, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/QBBB9RrmKBx7MngxzBfWgcF>. Acesso em: 20 set. 2024.

FERNANDES, Maria Nilvane; COSSETIN, Márcia; COSTA, Débora Pereira da. Políticas educacionais na socioeducação: a educação escolar na internação provisória. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 35, p. 843-866, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6053>. Acesso em: 30 set. 2024.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 483-502, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DRq7QzKG6Mth8hrFjRm43vF/?lang=pt&format=html#> Acesso em: 02 ago. 2024.

FREINET, Élise. Nascimento de uma pedagogia popular – métodos Freinet. Tradução: Rosália Cruz. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão?. **Cadernos Cedes**, v. 36, n. 98, p. 25-42, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tQrmp78mcFp47TrN4qhhtHm/?lang=pt> Acesso em: 20 set. 2024.

MARINO, Adriana Simões. Do infans ao 'menor' à concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos. *Mnemosine*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41527>. Acesso em: 07 jul. 2024.

MEJÍA, Marco Raul. A educação popular no século XXI: uma resistência intercultural desde o Sul e desde baixo. In: MEJÍA, Marco Raul. **Educação e pedagogias críticas a partir do Sul**: cartografias da educação popular. São Carlos-SP: Pedro & João, 2018.

MORÁN, José et al. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015.

NÓVOA, António. **Professores**: libertar o futuro. 1. ed - São Paulo: Diálogos Embalados, 2023.

PADILHA, Thércia A. S. Socioeducação e Reincidência: Relato de Experiência em um Município Amazonida. In: LEMOS, Flávia Cristina Silveira. [et al.] (orgs). **Psicologia Social e Política de Assistência Social**: territórios, sujeitos e inquietações – 1. ed. Curitiba: APPRIS, 2022.

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Educação e Pesquisa**, v. 39, p. 969-984, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/dZr6CBY3XydK4ynlhbnfNgg/> Acesso em: 25 set. 2024.

PARÁ. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará. **Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará 2013 a 2022**. Belém, 2013.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação do Pará. **Documento Curricular do Estado do Pará – Etapa Ensino Médio**: Volume II. Belém: SEDUC-PA, 2021. Pág. 522

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Pedagógicas 2024**. Ensino Fundamental e Médio. Belém, 2023.

PEREIRA, Leila de Cássia Araujo. **A Implantação da Escola Prof. Antonio Carlos Gomes Da Costa e a Garantia Do Direito Educacional no Sistema Socioeducativo Paraense**. 2022. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará. Disponível em: <https://ppeb.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2022/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20LEILA%20DE%20CASSIA%20ARAUJO%20PEREIRA.pdf>. Acesso em: 28/09/2024.

QUINELATTO, Rubia Fernanda. A Relação Escolar de Adolescentes em Conflito com a Lei: socioeducação e direitos humanos a quem se destina?. **Cenas Educacionais**, v. 5, p. 1-27-27, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/12070>. Acesso em: 1 out. 2024.

OLIVEIRA, Ueliton Peres; QUINELATTO, Rubia Fernanda; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti. On the edge of the image: Guiding the lenses to the individual service plan. **Children and Youth Services Review**, v. 166, p. 107921, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2024.107921> Acesso em: 10 nov. 2024.

ZANELLA, Maria Nilvane. **Da institucionalização de menores à desinstitucionalização de crianças e adolescentes**: os fundamentos ideológicos da extinção da FUNABEM como solução neoliberal. Maringá: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2018. Disponível em: <http://old.ppe.uem.br/teses/2018/2018%20-%20Maria%20Nilvane.pdf> Acesso em: 25 set. 2024.

Recebido em Setembro 2024
Aprovado em Novembro 2024
Publicado em Fevereiro 2025
